

GUARESCHI, Pedrinho Arcides

(Consciência, Relação e Ética: Desafios de um educador)

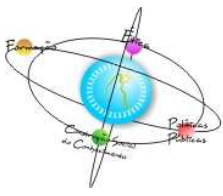
A comunicação pretende discutir, como pano de fundo, as relações pessoais entre educador e educando, destacando o necessário conhecimento da realidade e contexto social. Serão enfatizadas principalmente questões referentes à educação popular. A discussão vai abranger, do mesmo modo, questões referentes às relações sociais que se dão no processo educativo, questões referentes à ética e à ideologia. Pretende ser bastante prático e direto, perguntando-se por questões tais como: como o educador pode lidar melhor com as suas relações e práticas no cotidiano escolar e que influências isso tem no processo educativo? Que relação deve haver entre o conhecimento e a criação de vínculos entre aprendentes e ensinantes, junto com a necessária “paixão” que permeia o processo educativo? A fala pretende estimular os educadores, dando coragem para que enfrentem os desafios do dia a dia.

Síntese da Conferência:

Educação Popular e Ciências Sociais

(Consciência, Relação, Ética – Desafios de um educador)

Gostaria de deixar assinalado, logo de início, que fiquei feliz e entusiasmado com o tema desse Congresso. É isso mesmo. Paulo Freire, em sua última entrevista no dia 17 de abril, 15 dias antes de morrer, dizia: “É preciso sublinhar que a utopia, o sonho não morreram; onde quer e quando quer que haja mulheres e homens, a esperança continua a fazer parte de sua natureza”. Pois a partir do tema sugerido pelos organizadores do evento, selecionei três termos que, penso, poderão nos orientar na reflexão que propomos. São termos/conceitos poderosos. Cada um deles contém, implícitos neles, uma força transformadora em potencial. Nossa proposta, para essa noite, é tentar penetrar no mistério dessas realidades, contrapondo-as com o ser humano, isto é, nós mesmos, tanto educadores como educandos. Eles podem parecer áridos, mas lhes prometo que são de extrema fecundidade, se soubermos meditar com acuidade e carinho sobre eles.



Consciência

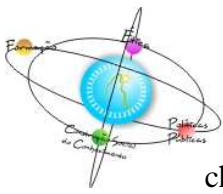
Que é a consciência? Como entendê-la. Para começar a penetrar nesse mistério, é prático e ajuda iniciando com a seguinte pergunta, aborrecedora, evitada pela maioria das pessoas: Quem somos nós? Quem sou eu? Creio que essa é uma pergunta fundamental. Os filósofos costumam dizer que o cerne da filosofia consiste na resposta a essa pergunta crucial: “conheça-te a ti mesmo”.

Do ponto de vista da psicologia (social) poderíamos dizer que nós somos, até certo ponto, “o que fizeram de nós”. Ninguém de nós caiu pronto do céu, ou é geração espontânea. Nós somos, para início de conversa, o que nossos pais, nossos amigos, a escola, a igreja, os meios de comunicação etc. fizeram de nós. Não há como negar essa constatação. A questão vem agora: mas nós somos apenas isso?

A resposta, evidentemente, é: não. Ninguém aceitaria dizer que ele é o que fizeram dele. Mas também ele não poderá negar que sem os outros ele não seria o que é. Apesar de constatarmos que muitas pessoas, na prática, não passam disso, isto é, do que fizeram e fazem delas, podemos afirmar que somos um pouco, ou um tanto mais. E aqui entramos já no que seria a consciência, falando em termos psicossociais: a consciência seria *a resposta* que conseguimos dar às perguntas: “Quem sou eu? Que são as coisas que me rodeiam?” A consciência seria *o quanto de resposta* conseguimos a essas perguntas. Quanto mais resposta, mais consciência. A consciência é, portanto, um processo infinito, de busca e de consecução de respostas. Vamos crescendo em consciência, na medida em que conseguimos respostas.

Duas coisas importantes, para não esquecer: Primeiro, segue-se disso que quem não pergunta, quem não faz a pergunta, não tem consciência, no sentido proposto aqui, que é um modo de discutir consciência. Segundo, que a consciência é sempre *intencional*, quer dizer, é sempre consciência *de* alguma coisa. A consciência não é um entezinho que está lá dentro de nossa cabeça. Não. Ela começa a *ser* consciência, à medida que consigo respostas *de* algo. Assim, por exemplo, eu não posso ter consciência de você, que está lendo esse texto, sem que você exista. Se você não existisse, não poderia ter consciência de você. Nesse sentido, você é parte de minha consciência.

Mas quer dizer, então, que quem não faz a pergunta, não tem consciência? E tudo o que “enfiaram” dentro dele, isso não é consciência? Pois é. Alguns falam, para explicar essa situação, de uma consciência *reificada*, *espelho*, que apenas reflete, como num espelho, o mundo exterior, mas que não poderia ser



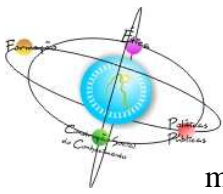
chamada de verdadeira consciência. A questão, aqui, não é de brigar se isso é ou não consciência; a questão é se dar conta de que são duas situações bem distintas: na primeira, onde você faz a pergunta, você é autor, agente, sujeito; na segunda, onde “enfiam” coisas em sua cabeça, você é objeto, um puro receptor passivo, sem liberdade. Voltaremos a esse ponto daqui a pouco.

Vou agora dar um passo adiante e acrescentar duas coisas importantes ligadas a essa discussão da consciência: a questão da liberdade e da responsabilidade.

Muitos afirmam (e eu também me dou conta e encontro razões de isso ser assim) que é a consciência leva à liberdade. Isto é, que só é livre, quem tem consciência. Através do processo de descoberta, investigação, reflexão, meditação, contemplação, vamos identificando a razão de nós sermos o que somos e de *porque* as coisas que nos rodeiam são do modo que são. Esse seria o caminhar para a liberdade, processo também infinito. Claro que nem sempre pelo simples fato de eu descobrir por que as coisas são assim, eu automaticamente me liberto: eu posso tomar consciência de minhas limitações, condicionamentos, amarras, cadeias, de todo e qualquer tipo. Então, a consciência não leva automaticamente à total liberdade: eu posso ter consciência de minha escravidão. Mas o inverso pode ser afirmado: só é livre quem tem consciência; a consciência é um pressuposto indispensável para que alguém possa ser considerado livre.

E a responsabilidade? Como início de conversa, podemos dizer que a verdadeira responsabilidade (veremos depois outro tipo de responsabilidade), passa pelo caminho da consciência e da liberdade. Poderíamos então afirmar: a consciência conduz à liberdade e a consciência e a liberdade conduzem à responsabilidade. O específico do conceito de responsabilidade é que ele implica uma ação de resposta, um incentivo à ação: responsabilidade vem de *resposta*. Agora, a motivação para a ação de resposta pode vir de duas situações completamente distintas: uma interna, outra externa.

Vejamos um exemplo. Tomemos a obediência às leis de trânsito. Eu posso seguir as leis por duas razões básicas: a primeira, porque se não seguir as leis, serei castigado, multado. A outra, por que estou consciente de que seguir as orientações fará com que tanto eu, como os outros, terão mais segurança e correrão menos risco de sofrer problemas de vida e saúde. Agora vem a questão: no momento em que se pensa numa educação para o trânsito, normalmente se segue o primeiro

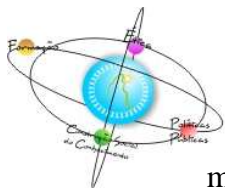


modelo, onde se insiste que é preciso seguir as leis, caso contrário sofrerá punição. As pessoas passam, então, a se comportar de determinada maneira levadas pelo medo do castigo. Bem diversa é uma prática em que a responsabilidade é pensada a partir da consciência, que leva à liberdade e que faz nascer daí a responsabilidade, uma responsabilidade que parte de dentro, de convicções que se baseiam na compreensão do problema, que faz as pessoas compreenderem os perigos a que estarão sujeitas e que as liberta de incompreensões, condicionamentos etc. que as deixam menos livres.

Infelizmente em nossa sociedade a prática de fazer as pessoas mais responsáveis segue um modelo que parte do exterior, infantil, repressor. Quase não se investe numa educação como prática da liberdade.

Antes de concluir essa parte sobre o que se costuma chamar de “tripé da dignidade humana”, a consciência, a liberdade e a responsabilidade, ainda um rápido comentário. Se a consciência só surge a partir da pergunta: “por que sou o que sou, por que aquilo que me rodeia é assim?”, podemos questionar: Mas que é que me leva a fazer a pergunta? Por que alguns chegam a fazer-se tal pergunta e outros passam quase a vida toda sem se questionar, transformando-se em grande parte naquilo que fizeram deles?

Vários pensadores se colocaram essa questão e a resposta a que chegam é bastante semelhante: o que nos levaria a fazer a pergunta seria o sofrimento, conforme Habermas e outros pensadores da Escola de Frankfurt; para outros seria a falta, a escassez, as lacunas e limitações presentes na vida que nos obrigam a parar e pensar. Parece que há bom fundamento para tal pensar. Mas, podemos questionar, será necessário esperar até que sobrevenham sofrimentos e aconteçam infortúnios, para começarmos a nos questionar? Acho muito oportuna aqui uma prática sugerida por Paulo Freire, ao discutir essa problemática. Afirma ele que na nossa atividade de agentes sociais que se guiam por uma prática libertadora, devemos ter o cuidado de evitar três tentações. A primeira seria a do *autoritarismo*, prática de quem se julga sabedor da verdade, procurando impô-la sobre os outros ou simplesmente transferi-la, como se as pessoas fossem ignorantes de tudo. A segunda seria a do *basismo*, atitude dos que pensam ser o povo, a base, os únicos portadores da verdade; nosso trabalho seria promover esse conhecimento privilegiado do “povão”. E a terceira seria a do *espontaneísmo*, prática dos que afirmam que não se deve interferir nos processos sociais: a única atitude seria aguardar, esperar o



momento exato, e quando as coisas estivessem maduras, a faísca libertadora iria automaticamente incendiar o processo da revolução. Todas as três, conforme Freire, trazem problemas e não levam à consciência que liberta.

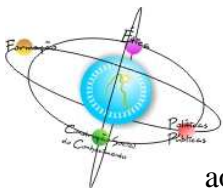
Qual a prática sugerida por Freire? A partir de sua experiência, ele afirma que a prática verdadeiramente libertadora consiste em *fazer a pergunta que liberta*. Com isso evitaríamos a atitude dominadora, tanto do autoritarismo como do basismo, por um lado, e poderíamos também interferir na provocação de mudanças. Mas nossa prática não seria dando respostas, dizendo como as coisas devem ser (atitude autoritária), mas fazendo a pergunta que mobilizaria as pessoas e os grupos a agirem. Evidentemente, essa pergunta deveria ser uma pergunta por eles entendida, que os levaria a refletir, perguntar por que estão em tal situação e por que as coisas estão assim, levando-os a descobrir as causas e razões, planejando com eles alternativas de mudança. Essa a prática conscientizadora, o processo de *conscienciação*, a que se referia Freire.

Admirável mistério a consciência! Nunca chegaremos a entender em totalidade esse processo complexo e profundo onde, apesar de tudo o que nos impingirem e assacarem sobre nós, ainda permanecemos com a surpreendente capacidade de reagirmos, de fazermos a pergunta de por que somos o que somos, por que as coisas que nos rodeiam são assim e de buscarmos respostas a essas perguntas: essa a nossa consciência, processo interminável e infinito. E é essa consciência nos conduz à liberdade e nos dá condições, também misteriosamente, de sermos responsáveis. Sempre permanece verdade que podemos responder ou não responder, isto é, sermos ou não responsáveis: e nisso se manifesta também, além de nossa dignidade, a possibilidade de mérito, pois é apenas pelo fato de podermos ter consciência, liberdade e responsabilidade que poderemos ser “dignos” e merecedores de mérito ou demérito.

Vejamos agora outro conceito poderoso que nos ajuda a compreender os mistérios do ser humano e da prática educativa.

Relação

Começemos pela discussão do significado do próprio conceito. Quando se pergunta o que seja “relação”, a primeira resposta que surge é que relação é troca, relação é comunicação, que para haver relação é necessário que haja sempre



ao menos dois, etc. O que se traz são exemplos de relações. Mas relação é muito mais. Uma coisa só, singular, também pode ser relação. Como defini-la, então?

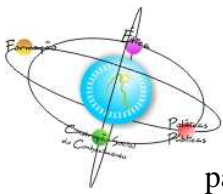
Os que conseguem se deter para refletir sobre o significado das palavras, os que conseguem se admirar diante das coisas mais simples e banais, isto é, os filósofos, definem relação como sendo “ordo ad aliquid”, três palavrinhas difíceis de traduzir, mas que dizem muito. Fazendo um esforço, poderíamos traduzir assim: relação é o ordenamento, o direcionamento intrínseco, isto é, do próprio ser, em direção a outro ser. Mas esse ser, essa realidade, continua “uma”, com a diferença que há nela algo que necessariamente, isto é, devido a sua própria definição, o obriga a se ligar a outro, a incluir em si outro, ou outros. Vamos supor uma mulher, Maria, que seja mãe. Maria é uma realidade singular, é uma. Agora, se digo que ela é “mãe”, para que a Maria, que é uma, seja mãe, são necessárias mais duas coisas, pelo menos: um companheiro que seja o pai, e um filho. Há, então, na Maria, um direcionamento intrínseco, da própria realidade Maria-mãe, que a direciona a um pai e a um filho. O que faz a Maria ser mãe é, pois, o filho e o pai. Dizer mãe, então, é dizer relação, como dizer pai, filho, esposo, etc.

Conclui-se daqui, conseqüentemente, que para haver “relação” não é necessário que haja duas coisas: basta apenas uma que contenha em si, em sua definição, a necessidade, a orientação intrínseca em direção a outro(s).

Outro equívoco que deve ser evitado é pensar que relação seja, ou deva ser, sempre, algo que “una”, que “ligue” duas coisas. Nem sempre é assim. O conflito, por exemplo, é uma relação, como a rejeição, a exclusão. Relação, como foi dito, existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência, de seu ser. O conflito, a exclusão, são relações, pois ninguém pode brigar sozinho e se há exclusão, há alguém que exclui e alguém que é excluído. A percepção da relação é, pois, uma percepção dialética, percepção de que umas coisas “necessitam” de outras para serem elas mesmas.

Como nossa preocupação é a educação, vamos discutir a utilidade do conceito de relação para melhor compreensão do que seja um grupo, tendo em mente uma comunidade escolar e mostrar também como esse conceito é fundamental para entender o que seja o ser humano. No terceiro ponto, ao tratarmos da ética, retomamos novamente o conceito.

O conceito de *relação* é de extrema utilidade é na compreensão mais profunda do que constitui um grupo social, uma comunidade. À primeira vista,



parece que um grupo é algo simples. Mas se nos detivermos um instante e nos perguntarmos o que *mesmo* constitui um grupo, veremos que aquilo que parece tão simples, se complexifica enormemente. Vejamos.

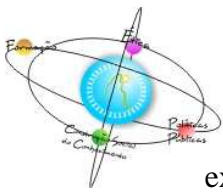
O que constitui um grupo seria o número de pessoas? Bem, precisa haver ao menos duas pessoas ou, se dermos razão ao velho brocardo latino “duo non faciunt collegium”, isto é, dois não constituem um grupo, seriam necessárias ao menos três. Mas poderão ser três, cem, quinhentas, um milhão, serão sempre um grupo. Parece, então, que não é o número que constitui um grupo.

Seria o tipo de pessoas? O sexo: homens ou mulheres? A cor: brancos ou negros A etnia: italianos, alemães etc.? A religião: católicos, protestantes? Parece que também não.

Seria a distância entre as pessoas? Para que haja um grupo é necessário que todas as pessoas estejam no mesmo lugar? Também parece que não, pois ouvimos dizer que o grupo dos desempregados fez um protesto, o grupo dos idosos reivindicou tais benefícios etc. mas eles nem chegaram a se reunir. Parece não ser, pois, nem a distância, nem o contato físico que é essencial à existência de um grupo.

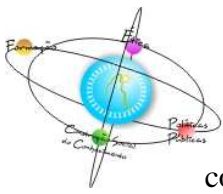
Que seria então? Pois arrisco, e fundamento, uma definição: o que constitui um grupo é a existência, ou não, de *relações* entre as pessoas, os membros, os possíveis componentes de um grupo. Começemos a conferir. Se não há *relação* nenhuma entre possíveis componentes, jamais se poderá falar em grupo: o que existe é um “poste” ao lado de outro, sem que ninguém tenha “nada a ver” com outros. Agora, no momento em que se estabelecer qualquer *relação* entre os possíveis membros, começa aí um grupo. Os membros têm de ter algo “em comum” e esse “comum” é exatamente o substrato do grupo, é o que cada componente coloca de seu, nesse grupo; e essa realidade, esse ingrediente, que cada pessoa deixa para a constituição de um grupo é uma *relação*.

Deixe explicar melhor. Tenho medo de correr o risco de “quantificar” demais as *relações*, quando na verdade elas são o que menos pode ser quantificado, pois ninguém consegue “agarrar” uma relação. Mas me permitam a analogia. Como entender, por exemplo, que uma pessoa pertença a vários grupos, como certamente é o caso de todos os que estão lendo esse capítulo. Fazemos parte do grupo familiar, do grupo escolar, do grupo esportivo etc. Mas, evidentemente, não nos identificamos totalmente com nenhum desses grupos. Que acontece? Dedico ao grupo familiar, por



exemplo, 50% do meu tempo, isto é, metade das relações que estabeleço e vivo no meu cotidiano formam meu *grupo* familiar. Ao *grupo* escolar dedico 10%; ao *grupo* esportivo 15% e assim por diante. Agora: de que se *compõe*, digamos assim, meu grupo familiar, escolar, esportivo? Aqui está o ponto que queria enfatizar e que, no meu entender, é possível de fundamentar e justificar: o meu grupo familiar é “constituído”, composto, pelos 50% das *relações* que eu coloco lá, *mais* os possíveis percentuais dos outros membros do grupo familiar: tanto do pai, tanto da mãe, dos irmãos, tios, avós etc., de todos os que, supostamente, formam o *grupo familiar*, e ... *nada mais*, pois se alguém não estabelece relação nenhuma com esse meu grupo familiar, não se pode dizer que ele faça parte de meu grupo; ele só começa a pertencer ao grupo se começar a estabelecer com ele *relações*, nem que sejam 1% de todas as relações que ele estabelece. E um grupo só começa, quando começam a se “juntar” relações. E assim também com o grupo esportivo, com o grupo escolar e com todos os outros grupos a que supostamente pertenço, que podem ser dezenas e até centenas.

Ainda uma coisa para ajudar a penetrar nesse mistério do grupo: quando queremos entender o que seja um grupo e, certamente, nunca o conseguiremos entender completamente, temos de começar a analisar e investigar *as relações* e a intensidade dessas relações. É a partir da identificação de quais sejam essas relações e de sua intensidade, que posso compreender, com mais detalhe e profundidade, o que seja esse grupo. Veja o caso de uma gangue de jovens traficantes. O interessante nessas gangues é a quase totalidade de pertença dos membros ao grupo. Eles se *relacionam* quase que somente entre eles, isolam-se de qualquer outro grupo. Até mais: se começarem a estabelecer relações com outros grupos, podem até cair sob suspeição, pois poderão se “desviar” do grupo; em alguns casos, o abandono do grupo chega a ser pago com sua morte. Comecei a entender mais essa questão dos grupos quando investigava grupos religiosos, principalmente a Seita Moon. A força e eficiência desses grupos estavam exatamente em suprimir toda e qualquer *relação* possível com outros grupos, chegando, às vezes, a roubar os membros das famílias e a interná-los em instituições onde apenas os líderes da seita podiam interagir com pessoas selecionadas. Aliás, essa discussão das relações, do controle das relações e da intensidade das relações é o que está na base de uma compreensão mais profunda dos grupos fanáticos e das técnicas de lavagem cerebral: quem controla as relações,

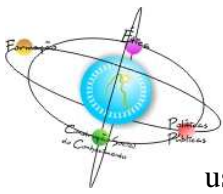


controla o grupo. No nosso caso, com que intensidade as pessoas se ligam ao grupo escolar? Qual a intensidade que o educador possui com sua comunidade escolar?

O conceito de relação é também fundamental para uma compreensão mais profunda de quem somos, isto é, do ser humano. O pressuposto do Liberalismo é que o ser humano é um “indivíduo”, alguém fechado sobre si mesmo, que não tem nada a ver com os outros. Já na concepção do Totalitarismo, o ser humano é tomado como apenas uma “parte de um todo”, uma “peça da máquina”. Dentro de uma filosofia humanista, comunitário-social, o ser humano é tomado pessoa=relação. Vamos explicar. O sinal = (igual), quer dizer isso mesmo: pessoa é igual a relação. Já vimos acima o que seja relação. Nessa concepção, o ser humano é um, singular, específico, como o “indivíduo” do pressuposto liberal, mas com a diferença de que lá, o ser humano é um e “não tem nada a ver com os outros”, ao passo que aqui o ser humano é um, sim, mas não pode *ser*, sem outros. Isso talvez seja complicado para alguns, mas com um pouco de paciência e cuidado, é possível ser entendido.

Quem discutiu muito bem essa questão foi um filósofo africano, de Cartago, chamado Agostinho. Ele era uma pessoa inquieta e gostava de enfrentar desafios. Seu prazer era estudar determinadas filosofias (ou religiões, pois naquele tempo quase não se fazia muita distinção entre elas), ver os postulados, os dogmas, os pressupostos dessas religiões e mostrar as contradições ali existentes. E foi assim que se defrontou com uma religião que dizia que seu Deus era um e era três, ao mesmo tempo. Ele pegou, então, como se diz, o boi pelo chifre, debateu com alguns excelentes e argutos filósofos que foram seus interlocutores e apresentou uma explicação do dilema, mostrando que não é absurdo dizer que três são um, quando esses “três” não são tomados como “indivíduos” (aí seria absurdo mesmo!), mas como “pessoas”, isto é, “relações”, onde alguém, para *ser*, necessita intrinsecamente do outro. Nesse assim chamado Deus, as três pessoas seriam puras relações e através da “comunhão” (relação de amor-comunhão), elas formariam uma única realidade que se chamaria “Deus”.

Desculpem-se essa digressão teológica, ou filosófica, mas o que queremos resgatar é como Agostinho estabeleceu a distinção entre indivíduo e pessoa. É evidente (e é pena) que essa distinção não é sempre feita pelos que empregam os termos. Muitas vezes eles são empregados indistintamente. Mas quem quisesse ser preciso, deveria prestar atenção a essa distinção. Nesse caso, se alguém

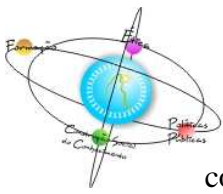


usasse o termo “pessoa”, já se saberia qual sua concepção de ser humano. No meu caso, procuro manter essa distinção.

Mas não é necessário apelar para a teologia, ou a filosofia, para mostrar que o ser humano pode muito bem ser entendido como “relação”. Se pararmos um instante e nos perguntarmos quem nós somos, como nos construímos e constituímos, podemos constatar que nós somos, na verdade, algo como uma soma total das relações que estabelecemos em nossa vida, desde o primeiro momento, isto é, a primeira relação que foi conosco estabelecida. Um monge budista, nos seus noventa anos, nos explicava que nós somos uma espécie de ancoradouro, aonde chegam milhões de naus. Algumas a gente não deixa que entrem na baía, procuramos mantê-las em alto-mar. Outras, chegam e descarregam todo seu conteúdo dentro de nós. Pois, falando com outras palavras, essas naus são os traços que sobram das relações que estabelecemos.

Vou aproveitar para discutir aqui dois conceitos que emprego para poder explicar esse “mistério” do ser humano, um e múltiplo: o conceito de *subjetividade* e de *singularidade*. Entendo *singularidade* como aquela dimensão do ser humano que nos mostra que somos um, singulares, irrepetíveis. Por quê? Por que ao estabelecermos uma relação, recortamos dessa relação pedaços específicos, pessoais, próprios e com eles vamos construindo a colcha de retalhos de nossa *subjetividade*. E tomo *subjetividade* como sendo como que o “conteúdo” dessas relações: nesse sentido, nossa *subjetividade* é constituída pelos “outros”, pelas relações que estabelecemos. Somos, então, fundamentalmente singulares, mas somos construídos a partir de “outros”: isso é pessoa=relação. É possível até justificar o termo *subjetividade* como tomado aqui, pois *subjetividade* vem de *sub-jectum*, do latim, o que está subjacente: é aquele lastro que permanece em nós no ato e após estabelecermos relações; algo que se torna como que o ponto de referência, uma espécie de bastião, no qual vamos “amarrando” nossas relações. Pode-se até fazer alguma referência ao “sujeito” de uma frase. Se digo, por exemplo, que Ana é bonita, estou, de certo modo, amarrando, grudando no “bastião” Ana, o verbo *é* e o predicado *bonita*. O sujeito é o ponto de referência e *subjetividade* é um substantivo abstrato que “recolhe” todos esses traços-relações. A leitura que faço de Guattari e Deleuze é, no meu entender, que para eles, *sujeito* é o que chamamos aqui de *pessoa*.

Essas discussões sobre quem é o ser humano são interessantes. Mas gostarai de chamar a atenção para um ponto importante: o que vai decidir qual minha



concepção de ser humano, não é minha teoria, meu raciocínio filosófico, mas minha *prática*. Há uma diferença *total* entre eu me comportar, agir e estabelecer relações considerando-me “pessoa=relação”, isto é, onde eu não posso *ser*, sem os outros e quando me considero “indivíduo”, onde os outros não entram em minhas considerações e em minha prática.

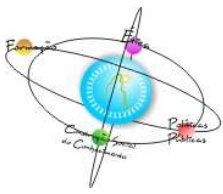
No ponto seguinte vou procurar mostrar como é impossível falar de ética, sem falar de relações.

Ética

Chegamos assim ao terceiro termo/conceito de nossas reflexões. Ele está intimamente relacionado tanto ao conceito de consciência, como principalmente ao de relação. Enfrentemos com calma essa reflexão.

O primeiro ponto a ser enfatizado e sublinhado é o seguinte: é impossível existir um fenômeno que não tenha sua dimensão ética. Todas as ações humanas, todas as relações que estabelecemos, todos os fenômenos que são frutos de ações e relações, contêm e carrega, implicitamente, uma dimensão ética, de valor. A ética de quem dá matemática está implícita na ação daqueles que criaram a escola e decidiram que era necessário que uma disciplina fosse matemática. E assim por diante.

A técnica, como a ciência, sendo ações humanas, implicam também uma ética. Quem consegue fazer uma bela e profunda discussão sobre essa questão é Zygmunt Bauman, um filósofo polonês, onde ele mostra que a idéia de que pode existir uma ciência e uma técnica sem ética, levou à morte de 6 milhões de pessoas com o Nazismo. Por que? Pois aqui está o sutil da questão: no momento em que eu creio (faço um ato de fé) no poder da ciência e de que ela poderá resolver tudo (e se ainda não resolveu, irá resolver com certeza), nada mais me detém. A crença da modernidade era de que a ciência poderia “construir” o homem perfeito, pois o homem é como uma máquina, como um relógio, governado por leis. Era só questão de tempo e de se fazer experimentos. Mengele, com uma equipe de 60 cientistas, em Auschwitz, trabalhava assiduamente na pesquisa, principalmente com modificações e transplantes de cérebros em seres humanos, com o objetivo de criar o homem perfeito. E com base nessa idéia, já foram, de saída, sendo eliminados todos os que, supostamente, não fariam parte dos melhores espécimes, como os judeus, os ciganos, etc. Todas as “ervas daninhas” tinham de ser extirpadas do jardim que seria a humanidade perfeita (a comparação é de Bauman).

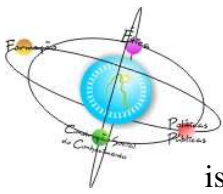


A conclusão é ser impossível uma ação sem ética, uma ciência sem ética. As próprias teorias contêm em si uma ética, como a teoria de uma ciência “neutra”, fruto da modernidade. A ética da ciência moderna era “funcionar”: se funciona, é bom. Se for uma boa técnica, será automaticamente ética.

Vamos ao segundo ponto. É simples e fácil dizer que todas as ações contêm em si uma ética, tem um “cheiro” valorativo. Mas a questão provocante e instigante é: onde se basear para se dizer que uma ação, uma relação, um ato humano é bom ou ruim? Em outras palavras: o que fundamenta a ética?

Essa discussão é polêmica e ainda hoje há debates muito calorosos sobre o tema. A cada dia surgem mais teorias e explicações. Mais conhecidas são as teorias do naturalismo (o que fundamenta a ética é a natureza), ou o contratualismo (o fundamento são as leis estabelecidas). Parto direto para uma concepção que define ética como *uma instância crítica e propositiva do dever ser das relações humanas que se constitui através da ação comunicativa*. Tal enunciação nos pode ajudar no campo da educação. Vamos examiná-la com mais detalhe. Primeiramente, ética é uma “instância”, isto é, um patamar, uma situação; mas tal patamar não é fixo e definitivo: é crítico, isto é, inacabado, sujeito a contínua mudança, como veremos a seguir. No capítulo 1 discutimos o que entendemos por *crítico*: algo que não é absoluto, implica ao menos dois pontos de vista. Mas essa instância não é só crítica: é também *propositiva*, isto é, afirmativa, apresenta propostas concretas. O *dever ser* é a própria dimensão valorativa das coisas, isto é, de como elas devem ser, boas, em contraposição ao que não devem ser, ruins.

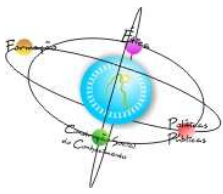
Chegamos a um ponto crucial: as *relações humanas*. Por que das *relações*? Precisamos deter-nos um instante para aprofundar esse ponto. É difícil, para muitos, dar-se conta de que *ética* é essencialmente ética de *relações*. Uma pessoa isolada, um objeto, etc. não são nem bons nem maus. Podem ser grandes, de diversas cores, esbeltos, ou qualquer outra coisa. Mas no momento em que digo que determinada pessoa é *ética*, isto é, quando aplico a elas a qualificação bom-mau, estou falando necessariamente de algo que ela possui, ou estabeleceu, *em relação a outros*. E é dessa *relação* que posso, então, aplicar o adjetivo *ético*. Vamos pensar um pouco. Se estou sozinho, isolado dos outros, vou ser bom-mau sob que aspecto, ou a partir de que critério? Não há critérios. O critério surge no momento em que estabeleço uma *relação*. É essa *relação*, portanto, que vai dar a qualificação bom-mau a essa pessoa, ou coisa. Vejamos: se estou sozinho, ou se sou inteligente, branco, brasileiro etc.,



isso não implica uma qualificação de bom-mau; mas se eu abraço outra pessoa, ou estrangulo outra pessoa, essas duas relações que eu estabeleço, essas sim implicam uma conotação bom-mau. Alto, ou branco, eu posso ser sozinho, mas afetuoso ou agressivo eu não consigo ser sozinho: é necessário *outro* e por isso ética é sempre de *relações*. Aliás, Aristóteles já dizia que *ética é justiça*. Pense um pouco e você vai ver que ninguém pode ser justo *sozinho*. Por que? Porque justiça é uma *relação* e ela só existe quando há um *outro*. E do mesmo modo a ética que é, como a justiça, uma relação.

Estou me perguntando se estou conseguindo dizer o que pretendo e mostrar que a ética só pode ser pensada quando estamos lidando com *relações*. Vejo essa questão como de absoluta importância e com conseqüências muito sérias. O Liberalismo define o ser humano como um *indivíduo*, isto é, como alguém que não tem nada a ver com os outros. Ora, no momento em que me vejo como isolado, suficiente em mim mesmo, vou também entender e definir a ética como sendo possível de ser pensada e existente a partir de alguém *sozinho*. E aqui está o perigo. *Eu, sozinho*, vou decidir se sou ético ou não, se sou justo ou não. Essa é a ética liberal, burguesa. Aliás, os direitos humanos de 1948 trazem em si esse “cheiro” burguês, pois os indivíduos (e conseqüentemente os países), poderiam ser *éticos*, isto é, exigir seus direitos *sem pensar nos outros*. É o que aconteceu e acontece ainda: cada um garante seus direitos, sem se importar com os outros, achando que com isso está sendo ético ou justo. A conseqüência foi e é que há algumas pessoas (e países) sem os direitos fundamentais, enquanto outras têm mais que o suficiente. Essa é a conseqüência mais séria que é evidenciada quando se mostra que ética não pode ser pensada fora da *relação*. Ninguém é ético *sozinho*: só podemos falar em ética no contexto de relações.

Mas não concluímos ainda nossa discussão sobre a terceira teoria que fundamenta a ética; aliás, chegamos agora à parte mais importante. Já vimos que ética é instância crítica, propositiva, das relações humanas. Mas como chegar a essa instância crítica? Pois aqui está a questão. Faço uso de diversas reflexões de vários pensadores, como Habermas e Apel. Tal enfoque é chamado também de ética do discurso. Vamos ver se conseguimos dizer isso de maneira simples. Como o “discurso”, ou a “ação comunicativa” são chamados a estabelecerem um fundamento para a ética? Vamos refletir um pouco.

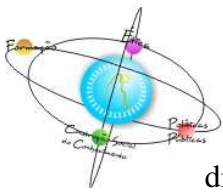


Suponhamos que você, numa situação qualquer, faça a seguinte afirmação: “Maria é uma pessoa simpática”. Que está subentendido a tal afirmação? Ao menos três coisas importantes: Primeiro, que as pessoas entenderam o que você disse; segundo, que com isso você não ofendeu ninguém; terceiro, que você foi sincero. Numa fala normal, então, ao menos três coisas estão subentendidas: inteligibilidade, correção, sinceridade. Mas vamos supor que alguém discorde dessa afirmação e diga: “Você não está sendo sincero”. Que está subentendido a essa segunda afirmação? Novamente a inteligibilidade, a correção e a sinceridade. E assim por diante, se alguém duvidar de qualquer uma dessas três suposições implícitas em sua fala, a *única* maneira de esse alguém poder argumentar, concordar ou discordar, é novamente e necessariamente através do falar, da comunicação e uma comunicação que suponha os três pressupostos acima. Pense um pouco: no momento em que você não aceitar tal maneira de proceder, estamos todos perdidos e torna-se impossível a vida humana em sociedade! Em outras palavras: Fora da comunicação, não há salvação!

Pois essa é a constatação surpreendente que fundamenta a chamada ética do discurso: que nós podemos nos entender! Isto é, que podemos, através da fala e da comunicação, trocar idéias, estabelecer um diálogo, levarmos adiante uma argumentação. E se houver algum ruído nessa comunicação, a única maneira de superá-lo e chegarmos a um entendimento é, novamente e *somente* através da própria *fala*, da comunicação.

Um último passo agora: tendo como base esse pressuposto da possibilidade de inteligibilidade, podemos, então, caminhar para, através dessa comunicação onde as pessoas se entendem, irem busca de razões e argumentos que ajudem a discutir nossos problemas, esclarecer nossas divergências e caminhar na superação de nossas discordâncias para, eventualmente, chegarmos a um *acordo*, que pode ser temporário, ou até mesmo chegar a um *consenso*, o que é raro. Qual a consequência de tudo isso? Nada mais do que essa conclusão surpreendente e importante: na comunicação, no discurso que se dá em pé de igualdade, onde todos podem falar sem restrições, é possível construir uma “*instância crítica de como as coisas devem ser com respeito às relações humanas*”, isto é, isso pode servir de fundamentação para a ética.

Tentemos aplicar isso à prática educativa, aos inúmeros problemas do dia a dia. Será que não seria um caminho razoável, democrático, participativo, respeitoso,



discutir os impasses, os desacordos, através de uma ação comunicativa, onde se pode, através do diálogo e da busca racional do melhor argumento, chegar a um acordo, nem que seja temporário? Talvez a grande dificuldade resida em poder estabelecer condições de diálogo, onde um possa ouvir o outro e onde exista igualdade de condições.

Conclusão

Há uma dialética, uma ligação necessária entre os três termos/conceitos que discutimos acima. Consciência é incompreensível fora da relação, ela é relação; por isso a consciência é sempre *intencional*, isto é, consciência *de*, como se deduz de sua própria etimologia: *scire cum*, saber *com*, onde há sempre um outro que a constitui. Por outro lado, ética é relação; como a justiça, seria impensável uma ética de algo isolado, ela implica sempre “outro”; é apenas da “relação” que posso aplicar o adjetivo “ético”. E dentro desse referencial, tanto a relação como a ética vão se construindo e vão se tornando “consciência”; as respostas que conseguindo, o mundo que vou descobrindo, as implicações das quais vou me dando conta, vão ampliando minha consciência. Finalmente, o próprio ser humano, a matéria prima com que lida a educação é, fundamentalmente, relação: ele se constrói através de relações. Mas ele se torna explicitamente “humano” através da consciência, que o leva à liberdade, consciência e liberdade que o levam à *responsabilidade*, isto é, a compreender sua dimensão ética. A responsabilidade é a “resposta” que damos ao nosso *ser no mundo*, que é absolutamente distinto a partir do patamar de consciência que consigo alcançar.

Pedrinho A. Guareschi - PUCRS